

*NOVOS RUMOS PARA O COMUNISMO
BRASILEIRO
O PCB E AS ELEIÇÕES DE 1960*

New directions for brazilian communism –
PCB and the 1960 elections

Lineker Noberto

Novos Rumos para o comunismo brasileiro O PCB e as eleições de 1960

Lineker Noberto¹

Resumo: Partindo da perspectiva de que a contradição principal do país residia no conflito da emancipação nacional contra o imperialismo, e não no conflito de classe entre capital e trabalho, para o PCB, a campanha eleitoral de 1960 se resumiu a oposição entre as forças nacionalistas democráticas e entreguistas autoritárias. Essa polarização, que na ocasião, se materializava nas candidaturas antagônicas de Lott e Jânio, justificou o engajamento do principal partido comunista do país na campanha presidencial em defesa do marechal. Posto em revisão crítica, no entanto, esse apoio apresenta muitas fragilidades. Demonstrando que Lott não aderiu as medidas correspondentes as três principais propostas da plataforma nacional-democrática apoiada pelo PCB, este artigo defende que a caracterização de nacional-democrática que o partido fez sobre a sua candidatura era bastante questionável. Na prática, a eleição de 1960 foi o primeiro teste político concreto da nova tática adotada pelo partido após o giro promovido pela “Declaração de Março de 1958”. No desenrolar deste processo, suas deficiências foram radicalmente expostas, tornando evidente os seus limites.

Palavras-chave: Comunismo; PCB; eleição.

ABSTRACT : Starting from the perspective that the country's main contradiction resided in the conflict of national emancipation against imperialism, and not in the class conflict between capital and labor, for the PCB, the 1960 electoral campaign was summarized as the opposition between democratic nationalist forces and authoritarian deliverers. This polarization, which at the time, materialized in the antagonistic candidacies of Lott and Jânio, justified the engagement of the main communist party in the country in the presidential campaign in defense of the marshal. Put under critical review, however, this support has many weaknesses. Demonstrating that Lott did not adhere to the measures corresponding to the three main proposals of the national-democratic platform supported by the PCB, this article argues that the characterization of national-democratic that the party made of his candidacy was quite questionable. In practice, the 1960 election was the first concrete political test of the new tactics adopted by the party after the turn promoted by the “Declaration of March 1958”. In the course of this process, its shortcomings were radically exposed, making its limits evident.

Keywords: Communism; PCB; election

A campanha sucessória já iniciada, cria condições favoráveis ao desenvolvimento da luta que trava o povo brasileiro pela constituição de um governo nacionalista e democrático, através de mudanças na política e na composição do atual governo, e pela vitória em

¹ Doutor em história pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus IV, Jacobina. Membro-pesquisador do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais da Universidade Estadual de Feira de Santana (LABELU-UEFS). E-mail: lineker.noberto@yahoo.com.br Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5341175207325122>.

outubro de 1960, dos candidatos que expressem os anseios de emancipação e progresso da nação (NOVOS RUMOS, nº 28: 3).

Lembrava-me por exemplo da candidatura do marechal Lott. Como tinha sido duro para as forças de esquerda levar o marechal nas costas. A mãe do Helinho, que é mulher de extrema sabedoria, tendo vivido anos no Estácio, costumava dizer para ele: “Filho, o marechal Lott é nosso candidato, é do nosso lado. Mas não parece. A gente tem sempre de fazer muita força para acreditar” (GABEIRA, 2010: 37).

I. Por uma “Nova Política”

Em seus cem anos de existência, provavelmente o período da história do Partido Comunista do Brasil (PCB) que recebeu maior atenção da historiografia foram os conturbados anos de 1954-64 (SANTOS, 1988; SEGATTO, 1995; FALCÃO, 2012). Marcado por relevantes eventos políticos nacionais e internacionais que impactaram profundamente a trajetória da organização, este período é conhecido como um importante momento de transformação da sua linha política.

As revelações promovidas pelo relatório de Nikita Krushev apresentado ao fim do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1956, em Moscou, não só devassou o culto a imagem de Stálin, como abalou as estruturas de todos os partidos comunistas do mundo, inclusive o brasileiro que, logicamente, tinha o PCUS, e seu principal líder, como exemplo. O novo cenário imposto por este acontecimento produziu um espaço para debates dentro do PCB como nunca se tinha visto antes na sua história. Após uma acirrada luta interna entre os adeptos de uma profunda renovação e os quadros mais resistentes a mudanças, uma comissão formada por membros do novo núcleo dirigente do partido redigiu aquele que viria a ser

um dos principais e mais citados documentos de sua longa existência². Com a intenção de repelir o dogmatismo ainda presente, defendido pelos velhos dirigentes, mas se afastar do revisionismo, evidente nas intervenções dos “renovadores”, a “Declaração de março de 1958”, nome pelo qual ficou conhecido o documento, apresentava uma nova política para o partido.

Apesar de inaugurar uma nova tática, é sabido que a “Declaração de Março” preservava a estratégia revolucionária oriunda das premissas teóricas caudatárias das teses da extinta III Internacional (PRESTES, 2022). Sua orientação teórica etapista continuava identificando como contradição principal do país o conflito entre o imperialismo e a emancipação nacional, e não a contradição de classe entre o capital e o trabalho. As mudanças políticas ocorridas após a crise de agosto de 1954, deflagrada pelo suicídio de Vargas, haviam inaugurado, no entanto, um novo cenário para a conquista da revolução nacional-libertadora.

Reconhecendo, pela primeira vez, o considerável desenvolvimento das condições de produção capitalistas no Brasil, e o papel da classe interessada neste processo, a nova política do PCB defendia que havia surgido e se fortalecido “uma burguesia interessada no desenvolvimento independente e progressista da economia do país”. Sem conseguir eliminar, no entanto, “os fatores negativos” que determinavam “as características do Brasil como país subdesenvolvido”, o desenvolvimento econômico nacional ainda se deparava com os mesmos entraves de sempre, a saber, “o imperialismo norte-americano” e as permanências pré-capitalistas de produção do

² As críticas geralmente centradas no culto à personalidade promoveram um processo de desestalinização que parecia avançar em vários países comunistas. Muitos partidos estavam se expressando publicamente em um tom autocrítico, sendo que “no desdobramento de suas crises internas, muitos deles viram-se obrigados a substituir os quadros dirigentes mais comprometidos com as práticas estalinistas” (SANTOS, 1988, p. 102). Rakossi foi afastado da direção do partido húngaro, Gomulka foi reabilitado na Polônia e retornou ao poder partidário, enquanto Malenkov, Molotov e Chepilov foram destituídos do Presidium do partido soviético, por supostamente dificultarem a implementação das renovações propostas no XX Congresso. Estas mudanças apontavam para um processo de renovação que parecia necessariamente passar por alterações no comando diretivo. No Brasil começaram a ser forçadas as necessidades de se efetivar “mudanças substanciais na direção do PCB como pré-condição para uma virada na orientação política”. Desta forma, assim como em outros partidos comunistas espalhados pelo mundo, no PCB também se efetivaram destituições dos dirigentes comprometidos com o passado stalinista, identificados como os principais responsáveis pelos “desvios” até então cometidos pelo partido.

latifúndio. Enquanto alterava a velha estrutura econômica, criando “uma nova e mais avançada, o desenvolvimento capitalista nacional [entrava] em conflito com a exploração imperialista e a estrutura tradicional, arcaica e em decomposição”. Se a burguesia, pela necessidade de seu próprio desenvolvimento, entrava em choque com o autoritarismo e as condições de dependência impostas pelo imperialismo e a estrutura latifundiária pré-capitalista, esta, tornava-se, então, uma aliada para a revolução democrático-nacional, etapa anterior a revolução socialista (CARONE, 1982: 176-178).

Nestes termos, em sua nova formulação tática, o PCB defendia a extensão da legalidade em benefício das massas e o avanço nas reformas da estrutura econômica e política da democracia burguesa, até que este acúmulo de forças impulsionado pelo desenvolvimento social da nação levasse a classe operária à realização das transformações radicais que finalmente inaugurariam a etapa da revolução socialista. No primeiro momento, estas transformações seriam conduzidas a partir do amadurecimento de uma consciência nacionalista e anti-imperialista, propulsora de uma intervenção democrática que empreitasse uma ruptura pacífica – horizonte historicamente possível, haja vista o fato de que cresciam “no mundo inteiro as forças da paz, da democracia e do socialismo” (Idem: 181).

Ao acreditar que o “movimento nacionalista [vinha] exercendo influência para elevar a consciência anti-imperialista das massas”, a nova tática pecebista considerava necessário “tudo fazer, dentro do mais alto espírito de unidade, para impulsionar o movimento nacionalista, ampliar o seu caráter de massas e ajudar sua coordenação em escala nacional”, contribuindo assim para “acelerar a polarização em processo entre as forças antiimperialistas e democráticas, de um lado, e as forças entreguistas, de outro lado” (Idem). Empenhados na construção e manutenção de uma “frente única” de libertação nacional, forjada por todas forças sociais que se opunham, mesmo que parcialmente, ao imperialismo norte-americano, a aliança deveria se estender não só aos operários, camponeses, pequena burguesia e “burguesia nacional”, mas até alguns setores de

latifundiários e “grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais”. Uma ampla coalização, necessária para a formação de um governo nacionalista e democrático. Foi através dessa “Frente” que o PCB passou a disputar espaço dentro da administração Kubitschek e do parlamento contra as forças “entreguistas”. E foi através desta proposta que o partido se orientou para o apoio à candidatura do confesso anti-comunista, marechal Henrique Teixeira Lott, na eleição presidencial de 1960, visto ser ele, na ocasião, o representante da frente única nacionalista e democrática no pleito.

O histórico da participação do PCB nas eleições presidenciais durante o curto período democrático de 1945-64 apresenta uma variação relacionada as mudanças de conjuntura. Na eleição presidencial de 1945, o partido viabilizou a candidatura do ex-prefeito de Petrópolis, Yedo Fiúza, que obteve quase 10% dos votos válidos. Em 1950, já posto na ilegalidade pelo presidente Dutra, o PCB optou pelas “candidaturas populares” as câmaras legislativas e federal, negando apoio a qualquer um dos candidatos à presidência naquele pleito. Cristiano Machado (Partido Social Democrático – PSD) era considerado “o sórdido homenzinho do Catete”, Getúlio Vargas (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB), o “tirano estadonovista e experimentado assassino”, Eduardo Gomes (União Democrática Nacional – UDN), “o nazi-integralista e fantoche do clero reacionário”, enquanto ao João Mangabeira (Partido Socialista Brasileiro – PSB) coube a pecha de “ricaço socialisteiro” (FALCÃO, 2012: 142-143). Em 1955, no bojo das alterações políticas provocadas pelo suicídio de Vargas, a direção do PCB já apontava o abstencionismo de 1950 como um erro a ser evitado. Buscando viabilizar uma “candidatura popular”, Prestes chegou a encaminhar uma carta aberta aos trabalhistas com quem a direção do PCB havia se aproximado desde os eventos decorridos da crise de agosto de 1954. Nela, propunha que a plataforma do PCB fosse abraçada como uma plataforma comum de onde emergiria um candidato que pudesse contar com o apoio dos comunistas. Nesse sentido, o primeiro ato do partido após a convenção petebista definir seu apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek (PSD), indicando João Goulart para vice-presidência, foi a de severo repúdio.

Identificando o candidato pessedista como “entreguista”, os comunistas lamentaram que o PTB tivesse cedido a pressão dos “polítiques reacionários enquistados na direção” e que Goulart tenha preferido “rasgar” a Carta-testamento, traindo a memória de Vargas, ao barganhar com JK. Mas, sem êxito em seu intento, restou ao PCB deixar de lado o radicalismo verbal para formalizar um apoio incondicional a chapa JK/Goulart. Apoio que se não foi decisivo, certamente foi importantíssimo para garantia da vitória dos candidatos (Idem: I77).

A revalorização do papel das eleições na luta por um governo nacionalista e democrático possui papel de destaque na “Declaração de Março”. Ao tema é dedicado a penúltima seção do documento. Considerando que apesar das “restrições antidemocráticas”, as eleições constituíam um acontecimento de excepcional importância na vida política nacional, a nova orientação política do PCB determinava que, naquelas novas condições, “a participação mais entusiástica nas eleições [era] [...] um dever para os comunistas”. Uma participação que não deveria ser mais restrita a ação de propaganda e agitação ou uma “posição exclusivista”, relacionada a eleição de quadros comunistas por legendas legais, mas em favor do fortalecimento da frente única (CARONE, 1982: 193-194).

Esta participação não visa exclusivamente obter pequenos proveitos imediatos e utilizar uma oportunidade para fazer agitação de palavras de ordem. O objetivo fundamental da participação dos comunistas nas eleições consiste em eleger para os postos executivos e legislativos os candidatos da frente única, que possam fortalecer os setores nacionalistas do Parlamento e do governo. Todo o trabalho eleitoral dos comunistas, seja em âmbito nacional como em estadual e municipal, deve ser considerado uma parte do trabalho geral de formação e desenvolvimento da frente única, visando sempre a mudança da correlação de forças políticas e a conquista de um governo nacionalista e democrático (CARONE, 1982: 194).

Para tanto, os comunistas deveriam apoiar “os elementos nacionalistas e democráticos que [existiam] em todos os Partidos”, não só os que possuíam maior base popular, como o PTB e PSB, mas as personalidades, alas e seções progressistas dentro das agremiações de perfis burguês e

latifundiários como o PSD e UDN (Idem: 193-194). “É com esta visão das eleições e de suas perspectivas essenciais que comunistas se mobilizam para tomar parte nos pleitos de 1958 e 1960”, finaliza a penúltima seção do documento. Promovida pelo núcleo dirigente, com a benção de sua principal liderança, Luiz Carlos Prestes, esta nova orientação política, apesar de resistências internas, tornou-se a linha oficial, saindo-se vitoriosa no V Congresso do partido, realizado em agosto de 1960. Uma nova política que apontava para novos rumos.

2. Novos Rumos para o PCB: o quadro inicial da sucessão presidencial

Fechados após os conflitos que marcaram a vida interna do partido entre 1956-58, a *Imprensa Popular* e o *Voz Operária* deixaram de serem os órgãos de comunicação do PCB, dando lugar ao jornal *Novos Rumos*. No primeiro número do novo semanário, publicado a partir de 1959, já se evidenciava uma notícia sobre o aguardado processo eleitoral que conduziria a sucessão presidencial no ano seguinte.

Analisando o cenário, para os comunistas, a UDN convivia com um conflito interno que dividia o “realista” Juraci Magalhães e o “moralista” Carlos Lacerda entre duas estratégias eleitorais distintas: a candidatura própria ou o apoio ao fenômeno político Jânio Quadros para evitar uma nova derrota eleitoral³. No PTB, a atuação dissidente de Fernando Ferrari, líder do governo na Câmara Federal, ameaçava a unidade trabalhista em torno de seu principal expoente, João Goulart. Enquanto o PSD, maior legenda partidária do país, se mantinha sem um candidato oficial, maturando nomes variados como Tancredo Neves, Amaral Peixoto e o marechal Henrique Teixeira Lott. Entre as indefinições dos partidos majoritários, uma certeza já se anunciava: Jânio,

³ Carlos Lacerda, de olho na eleição a ser realizada no recém-criado estado da Guanabara se apressava em apoiar as pretensões presidenciais de Jânio Quadros, frustrando Juraci Magalhães, que na condição de governador da Bahia, buscava mobilizar o partido em torno de sua própria candidatura.

se valendo de velhas táticas demagógicas, despontava como favorito (NOVOS RUMOS, nº I: 3).

Se as forças nacionalistas e democráticas ainda não possuíam um nome viável, o PCB já se animava com a então recente indicação do governador Leonel Brizola de manter a coalização PSD-PTB em torno das candidaturas à presidência e vice de Lott e Jango (Idem: II). As palavras do político gaúcho eram em si animadoras, pois, enquanto a base governista não se definia em torno de um nome, e a principal força partidária de oposição (a UDN) mantinha-se dividido entre uma candidatura independente ou o apoio a Jânio, uma hipótese demasiadamente perigosa, se manteria, segundo os comunistas, no horizonte eleitoral por vários meses: uma candidatura presidencial de Juraci Magalhães, viabilizada por meio de uma estratégia de “pacificação nacional”, em aliança costurada pelos “realistas” da UDN (o próprio Juraci e Magalhães Pinto, ambos políticos de bom relacionamento com JK e o governo) com o partido do presidente da República, que aceitaria as condições de união com os udenistas devido à falta de um candidato viável em seu partido; o enfraquecimento constante do próprio governo; a ameaça de uma alternativa trabalhista radical – àquela altura expressada pela pré-candidatura Goulart –; e principalmente, da probabilidade de vitória de Jânio Quadros (NOVOS RUMOS, nº 2: I).

A possibilidade de ascensão presidencial de alguém como ex-governador paulista arrepiava setores pessedistas, trabalhistas, socialistas, e até udenistas, mas principalmente comunistas. O PCB fez questão de marcar deste o início a sua oposição a tal alternativa. Em sua primeira intervenção no jornal *Novos Rumos* sobre a sucessão presidencial, Luiz Carlos Prestes, qualificando Jânio de agente do “entreguismo e reacionarismo”, defendia a necessidade de que “as forças nacionalistas e democráticas” viabilizassem uma candidatura que não representasse a mesma “orientação entreguista e antipopular” empreendida pela administração JK, que ao ceder ao “setor entreguista do [seu] governo”, conduzia uma política que, marcada pela impopularidade, pavimentava o caminho para o sucesso eleitoral de um candidato de oposição com as

características de Jânio. Considerando “inviável o apoio das forças nacionalistas e populares a um candidato oficial, que surja bafejado pelo Catete”, para Prestes, seria necessário que “as forças nacionalistas e democráticas” apresentassem independência suficiente para viabilizar uma candidatura que não representasse a mesma “orientação entreguista e antipopular” do governo JK, mesmo que esta viesse a ter seu apoio (NOVOS RUMOS, nº 2: 1).

Se a definição das candidaturas não poderia se dar “sem se levar em conta o debate que se trava no país em torno da solução nacionalista ou entreguista, democrática ou reacionária, para os problemas fundamentais do país” (NOVOS RUMOS, nº 13: 3), para o PCB, a candidatura Jânio, compreendida como a melhor representação política para o reacionarismo entreguista, deveria ser contraposta pela que melhor encarnasse o seu contrário, ou seja, a mais nacionalista e democrática possível. Era devido a este entendimento que a proposta ventilada por Brizola de uma chapa Lott e Jango soava tão bem aos ouvidos de Prestes. Para garantir a viabilidade de uma candidatura que se comprometesse com uma plataforma mais progressista, o PCB se engajou na campanha para a sucessão presidencial desde o início de 1959.

Começando a projetar-se como “o candidato das forças nacionalistas” desde maio de 1959, o marechal Lott, um dos ministros mais importantes do governo federal, devido a sua posição de liderança no “dispositivo militar” que contribuía decisivamente para a garantia da legalidade e estabilidade do regime democrático e da administração JK, possuía profunda admiração de setores nacionalistas. Apesar de sua resistência em se apresentar pretendente ao posto, fazia questão de salientar que não recusaria a incumbência se o seu partido não encontrasse outra opção, e sendo assim, o desejasse como candidato. Do outro lado, João Goulart, político experiente, não cometia a imprudência de assumir a condição de candidato, mas sem recusar a possibilidade, deixava entreaberta a janela das oportunidades. No entanto, o PSD, como o partido majoritário, possuía a preeminência natural para a escolha do candidato à presidência na chapa. Sendo assim, ainda em maio, pouco dias depois da realização da convenção trabalhista, Jango já se comprometia com o a

candidatura Lott, se fosse imediatamente homologada, e Prestes já acenava o apoio dos comunistas ao marechal, se esse de fato se comprometesse em unificar as forças nacionalistas em torno de plataforma nacional, democrática e popular (NOVOS RUMOS, nº II e I4)⁴.

Desta forma, em fevereiro de 1960 a convenção nacional do PTB oficializou o apoio ao candidato do PSD – que em agosto do ano passado já havia se comprometido com o programa de reformas de base formulado pelos trabalhistas –, e ratificou a candidatura de Jango a vice-presidência. Em abril, o PSD homologou a chapa, e o PSB definiu seu apoio. Na UDN, com a vitória da tática preconizada por Carlos Lacerda, o partido homologou seu apoio a Jânio Quadros (Partido Trabalhista Nacional – PTN). Enquanto Adhemar de Barros (Partido Social Progressista – PSP), se recuperando de uma série de derrotas políticas, se movimentou com seu partido para uma nova disputa presidencial, desta vez em uma viagem solo⁵. A eleição, contudo, prometia se polarizar entre apenas dois candidatos. Segundo a interpretação do PCB, entre duas forças políticas, representantes de projetos antagônicos:

O quadro da situação política em que se desenrola a campanha eleitoral caracteriza-se pelo choque cada vez mais agudo entre as correntes nacionalistas e populares e os grupos entreguistas e retrógrados que servem ao capital monopolista dos Estados Unidos (NOVOS RUMOS, nº 28: 3)

⁴ No fim de maio de 1959, Prestes, em entrevista coletiva concedida a imprensa paulista, não querendo ainda assumir a dualidade Jânio-Lott – que dominaria e conduziria a perspectiva eleitoral do partido –, devido a possibilidade remota do surgimento de outros candidatos independentes, como o próprio Jango, ponderava que os comunistas poderiam votar no ministro da Guerra mesmo contra vontade. Prestes fala sobre Lott. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano I, de 29 de maio a 4 de junho de 1959, nº 14, p. 3.

⁵ Adhemar na ocasião era prefeito da cidade de São Paulo, mas amargava derrotas eleitorais sucessivas: como em 1954 quando buscava retornar ao governo do Estado e fora surpreendentemente derrotado por Jânio Quadros. No ano seguinte quando concorreu a eleição presidencial pela primeira vez. E em 1958, quando teve suas pretensões a retornar ao governo do estado novamente frustradas, agora, devido ao êxito do candidato janista, Carvalho Pinto. A UDN indicou, inicialmente, o ex-governador sergipano Leandro Maciel para concorrer a vice-presidência. Com a desistência de Maciel, provocada pelos inúmeros atritos com Jânio, os udenistas homologaram a candidatura do ex-governador mineiro, Milton Campos, que como em 1955, sairia novamente derrotado por João Goulart na corrida para o cargo de vice-presidente.

Se até fins de 1959, os comunistas ainda não se sentiam seguros com o panorama projetado pelo quadro da sucessão presidencial para assumir uma posição definitiva, 1960 começou com um cenário mais evidente do que seria a campanha presidencial. Segundo o partido: “Com o retorno de Jânio [após sua suposta desistência] e a homologação de Lott, duas candidaturas perfeitamente caracterizadas se [apresentavam] ao eleitorado brasileiro” (NOVOS RUMOS, nº 42: 1).

Jânio é o compromisso com os trustes imperialistas, cujos interesses iria defender, acima de tudo, na hipótese de lhe ser entregue o Poder. É ao mesmo tempo, a ameaça de supressão das liberdades democráticas, de instauração de um governo arbitrário e violento, condição básica para a realização de uma política antinacional, como o que preconiza.

Lott, ao contrário, é o compromisso com um programa nacionalista, em que ressaltam pontos como a limitação da remessa de lucros para o exterior, a exploração de nossas riquezas em benefício do desenvolvimento independente do próprio país e uma política externa soberana. É a segurança do respeito à legalidade constitucional, a cujo serviço tem estado, sem interrupção, desde o histórico II de novembro de 1955. Lott é a perspectiva de um governo que assegurará melhores condições de vida ao nosso povo (Idem).

Desta forma, para os pecebistas, as duas candidaturas representavam “forças e tendências contrapostos, definidas com toda clareza”, o que lhes dava a certeza de que “o conflito entre nacionalistas e entreguistas definia, no fundamental, o agrupamento das forças para o pleito eleitoral de 1960” (Idem). Dentro desta interpretação não restava outro caminho a não ser o apoio a nascente candidatura Lott que parecia se apresentar como a responsável pela plataforma nacional-democrática, se comprometendo com a base do movimento nacionalista brasileiro na qual o partido buscava se integrar após a virada tática orientada pela “Declaração de Março”.

3. Em defesa da candidatura Lott

Ainda no cenário de indefinição do primeiro semestre de 1959, o PCB engajou-se, desde o início, na defesa de uma candidatura Lott que encontrava resistência dentro do próprio PSD. Alertas para manobras de sabotagem promovidas por políticos pertencentes a administração Kubitschek e a cúpula partidária, como Bias Fortes, Filinto Muller, Benedito Valadares, Armando Falcão (ministro da Justiça) e Sebastião Paes de Almeida (Ministro da Fazenda), que sob liderança do presidente do diretório nacional, Amaral Peixoto, buscavam impedir a efetivação da candidatura do marechal em favor de uma proposta de “União Nacional” conservadora, figuraram corriqueiramente nas páginas do *Novos Rumos*. Na ocasião, alguns lottistas chegavam mesmo a estudar a possibilidade de lançar o candidato pelo pequeno Partido Social Trabalhista (PST), garantindo a sua disputa no pleito (NOVOS RUMOS, nº 17: 3). O militar, porém, chegou a declarar que estaria disposto a renunciar a sua candidatura se o mesmo gesto fosse assumido pelos outros pré-candidatos como iniciativa para possibilitar um movimento de “União Nacional”. Aos comunistas, tal movimentação não podia, no entanto, esconder o brilho cintilante do conservadorismo antidemocrático que pretendia evitar os riscos políticos de um processo eleitoral. Assim, o PCB denunciava a proposta de “União Nacional”, interpretando-a como estratégia da cúpula reacionária do PSD para evitar que a polarização real e gritante entre nacionalistas e entreguistas travasse uma batalha política na eleição presidencial de 1960. Continuavam conservando, porém, as suas certezas de que a contradição entre o nacionalismo e o entreguismo imposta pela realidade política brasileira àquela altura não poderia ser evitada, e que ela determinaria, por fim, o significado do conflito travado naquele processo eleitoral.

Está agora mais do que provado a “união nacional” não pode vingar porque não existe na cartola mágica dos velhos sobas pessedistas nenhum artifício que consiga encobrir a polarização de forças entre o nacionalismo e o entreguismo, entre os que defendem o progresso independente do Brasil e os que tem os seus interesses ligados aos grandes

monopólios norte-americanos. As candidaturas Lott e Jânio expressam com nitidez essa polarização. Isto é o que explica que em torno da primeira candidatura se aglutinem as vastas forças nacionalistas e democráticas enquanto Jânio Quadros se caracteriza, cada vez mais claramente, como o candidato dos entreguistas, de Carlos Lacerda e João Neves da Fontoura. Pretender uma solução intermediária no quadro da sucessão é, no melhor dos casos, uma utopia: não há manobras políticas capazes de suprimir ou ocultar a irredutível contradição entre o nacionalismo e o entreguismo (NOVOS RUMOS, nº 36: 1).

Os processos eleitorais de 1960 se afirmariam entre essas “duas tendências fundamentais”. E se na sucessão presidencial, Jânio era o “melhor candidato para os entreguistas e reacionários”, não havia “dúvida de que [era] em torno do marechal Teixeira Lott que mais fácil e seguramente se [congregavam] para a luta eleitoral as grandes forças do nacionalismo e da democracia” (Idem).

Os fatos mais recentes ocorridos no panorama político mostram, com uma clareza ainda maior do que antes, que o dever dos nacionalistas e democratas, entre os quais os comunistas e todas as forças de esquerda, consiste em contribuir decididamente para o fortalecimento da candidatura Lott, para a denúncia e o desmascaramento do caráter entreguista da candidatura Jânio e para assegurar, nas urnas de 1960, a vitória do nacionalismo e da democracia (Idem).

Por isso, o PCB qualificou a homologação da candidatura Lott como expressão de uma “vitória popular” imposta por “setores nacionalistas da coligação governamental [...] contra a vontade dos grupos reacionários que [influíam] na direção [do PSD]” (NOVOS RUMOS, nº 28: 3). Esta passagem resumia a tese primordial que definiu e justificou não só o apoio, mas o engajamento do partido na campanha presidencial do marechal Lott.

A homologação da candidatura do marechal Teixeira Lott pela Convenção Nacional do PSD constitui uma importante vitória das forças nacionalistas e democráticas. O pronunciamento oficial do partido majoritário representa o fracasso das tentativas insistentemente ensaiadas por elementos da cúpula pessedista com o objetivo de impedir o lançamento da candidatura Lott e evitar, assim, que o pleito sucessório de 1960 seja travado entre as duas grandes tendências que atuam como principal divisor das forças políticas de nosso país: e nacionalismo e o entreguismo (NOVOS RUMOS, nº 42: 1).

Contudo, para os comunistas, a derrota na convenção não fora suficiente para evitar que o grupo dirigente do PSD continuasse engajado na tentativa de viabilizar uma candidatura de “união nacional” das forças conservadoras “a fim de isolar as forças democráticas e evitar que o embate eleitoral se trave em termos de luta entre nacionalismo e entreguismo” (NOVOS RUMOS, nº 28: 3). E assim, as suas sabotagens não cessaram, dando ao PCB a justificativa para seu engajamento na campanha de Lott. Segundo se pode perceber no *Novos Rumos*, para os comunistas, a estratégia traçada pelos inconformados com uma candidatura verdadeiramente “nacionalista e democrática” era a de descaracterizá-la, destituindo-a de tais responsabilidades programáticas, *pari passu* a tentativa de viabilizar uma candidatura de “união nacional”, promovida inicialmente por meio de uma aliança com o governador da Bahia, Juraci Magalhães – que matinha boas relações com os dirigentes pessedistas e tinha suas pretensões presidenciais negadas pelo seu próprio partido devido derrota interna que levou o apoio da UDN a candidatura Jânio. Inviabilizada tal possibilidade, assumia-se a execução de uma manobra continuísta que buscava interromper a realização da eleição presidencial em favor da continuidade do governo JK. Se derrotadas ambas as movimentações, restaria, ao fim, apoiar explícita ou envergonhadamente seu adversário “entreguista reacionário”.

Uma das implicações provocadas pela virada tática do PCB foi uma mudança pertinente a compreensão sobre os governos federais liderados pela aliança PSD-PTB. Tendo considerado o governo Vargas como de “traição nacional”, a serviço dos latifundiários e grandes capitalistas ligados ao imperialismo norte-americano, e que, portanto, deveria ser derrubado em favor da construção de um “Governo Democrático de Libertação Nacional”, o PCB abandonaria esta caracterização a partir de 1955, qualificando o governo JK de conciliatório, composto por forças sociais heterogêneas, desde setores empenhados na luta pela emancipação nacional e desenvolvimento autônomo até os “entreguistas” e latifundiários que sustentavam a subordinação ao poderio imperialista. Diante disso, para os comunistas, a candidatura Lott refletia “as

contradições existentes no seio do próprio governo e da coalização de partidos situacionistas” (NOVOS RUMOS, nº 28: 3), abrigando em si tanto os que representavam “fundamentalmente os interesses nacionais e populares”, quanto “setores antinacionais e antidemocráticos” (NOVOS RUMOS, nº 52: 1).

As disputas em torno do conteúdo da campanha Lott entre as forças “democráticas nacional-populares” e as “reacionárias e entreguistas” que a compunham, atribuía ao PCB um papel de destaque: o de revelar “o caráter entreguista da candidatura Jânio Quadros [...] procurando unir as correntes nacionalistas em torno da candidatura Teixeira Lott” (NOVOS RUMOS, nº 55a: 1). Por isso, o editorial do jornal *Novos Rumos* logo após a homologação da candidatura do marechal, não se satisfazia apenas em saudar a “vitória popular” deste ato, mas, principalmente, alertava para os passos seguintes que apontavam para a necessidade de travar uma luta contra a sua descaracterização, que buscará constituir em torno do próprio Lott uma campanha de “união nacional”, possível apenas, porém, após a exclusão de seu conteúdo nacional-popular, progressista e democrático.

Nestes termos, não havia dúvidas de que uma fase da luta havia sido superada “com uma importante vitória”, contudo, a homologação da candidatura que, apoiada pelas “melhores correntes do pensamento político brasileiro”, dava importantíssimos passos para “a definitiva consolidação de ampla frente nacionalista e popular”, corria ainda consideráveis riscos, devido a ação de grupos que

[...] procuram retirar dessa candidatura precisamente aqueles elementos que a justificam e lhe dão conteúdo: o seu sentido de luta pela emancipação econômica e política do país, a sua identificação com as legítimas exigências de progresso, democracia e melhores condições de vida, hoje formuladas pela maioria esmagadora da nação. [...] Retirar à candidatura Lott o seu sentido de luta por uma política claramente nacionalista e democrática é, em suma, conspirar contra essa candidatura. E os nacionalistas e democratas não podem permiti-lo (NOVOS RUMOS, nº 43: 1).

Era necessário então manter-se engajada na campanha para garantir o caráter nacional-popular democrático da candidatura Lott em oposição ao entreguismo reacionário da outra opção viável eleitoralmente. Por isso, o PCB manteve-se vigilante contra as manobras dos “grupos mais reacionários do situacionismo, liderados por Armando Falcão e Amaral Peixoto” que insistiam na conspiração contra a candidatura nacionalista e democrática, buscando inviabilizá-la ou descaracterizá-la (NOVOS RUMOS, n° 47: 3).

Após a definição dos apoios partidários dos trabalhistas e socialistas a Lott e a solidificação das únicas candidaturas que participariam de fato do pleito, minando por completo a possibilidade de outra alternativa conservadora, a cúpula dirigente do PSD, segundo os comunistas, havia chegado mesmo a aderir a um plano tão mais arriscado quanto perigoso à frágil democracia brasileira. Em novas manobras, cogitava-se a suspensão das eleições com o questionável objetivo de reorganização do calendário eleitoral em favor do estabelecimento da coincidência de mandatos⁶, abrindo espaço para a eleição indireta de um nome consensual entre os principais partidos, como o de Juraci Magalhães, para um mandato tampão até 1962, quando Kubistchek estaria apto a candidatar-se novamente. Ou mesmo a aprovação de uma emenda constitucional que instituiria simplesmente a reeleição, o que promoveria a retirada da candidatura Lott em prol da renovação do mandato do presidente da República em exercício (NOVOS RUMOS, n° 62: 3).

Tais manobras continuístas – que segundo os comunistas tinha o ministro da justiça, Armando Falcão, como articulador, e a anuência do presidente da República –, apesar de, aparentemente, voltada ao benefício do PSD, reunia líderes políticos de outros partidos em torno de uma mesma bandeira conservadora, obrigando o PCB a advertir a nação de tais riscos

Fazemos à Nação uma grave advertência: os sabotadores da candidatura Lott, tendo à frente os srs. Juscelino Kubitschek, Amaral Peixoto, João Goulart e Armando Falcão, estão tramando abertamente a liquidação da candidatura nacionalista e um golpe contra

⁶ Na época haviam eleições em anos distintos. A maioria dos pleitos estaduais foram realizados em 1962.

a Constituição, visando impedir as eleições e manter JK no Poder (NOVOS RUMOS, nº 69: 3).

Nesta advertência, o Partido Comunista pretendia esclarecer o que considerava uma tática urdida pela alta cúpula pessedista, com apoio de eminências petebistas, contra a candidatura Lott. Por um lado, os comitês interpartidários e os diretórios do PSD e PTB demonstravam pouca vitalidade no engajamento a campanha, quase sem movimentação em defesa da chapa Lott-Jango. Em determinado momento começavam a surgir comitês de campanha Jânio-Jango, embalados por um crescente movimento suprapartidário que aludia a manifestação do voto “Jan-Jan”. Apesar de algumas declarações contrárias e aparições em palanque ao lado de Lott, o candidato à vice-presidência, João Goulart, não demonstrava esforço necessário para dissociar sua imagem da de Jânio, reposicionando-a em benefício de Lott. Por outro lado, era crescente a promoção pessoal que JK recebia da grande imprensa pelo país a fora, que demasiadamente substancial, parecia passar a imagem de ser ele o candidato a sua própria sucessão presidencial (NOVOS RUMOS, nº 69: 3).

Tal boicote a campanha de Lott buscava se justificar com a argumentação falsa de que a candidatura do marechal não empolgava as massas, e que mantida, apresentava-se como um evidente risco para vitória de Jânio. Para o PCB tratava-se de uma falsidade atestável pela movimentação de massa de cada ato de campanha, sendo notória que a classe trabalhadora não só a ela aderira, como a conduzia, inclusive na área janista do estado de São Paulo, faltando a candidatura do marechal não o apoio do povo, “mas das cúpulas partidárias, dedicadas ao indigno propósito de solapá-la” (NOVOS RUMOS, nº 69: 3). Em suma, para o PCB, as máquinas partidárias pareciam não funcionar em benefício de Lott como estratégia para desestabilizar sua candidatura. Se não para garantir a vitória de seu adversário, mas em busca do fim do processo eleitoral em benefício da continuidade do governo Kubitschek. Essa falta de apoio reforçava então, a importância do engajamento do partido em sua defesa.

4. Os comunistas e a campanha presidencial em favor de Lott

Entretanto, esse não era o único problema a ser enfrentado pelo PCB durante o processo eleitoral de 1960. Como já foi dito, a campanha se desenrolou no momento em que o partido empreendia uma “virada tática” que, longe de ser consensual, ainda consolidava a posição majoritária formada pela nova linha política sistematizada pela “Declaração de Março”. Considerável dissenso em torno dela ganhou palco nos textos preparatórios para o V Congresso, a ser realizado em agosto de 1960, publicados na Tribuna de Debates, vinculada pela imprensa partidária. Assim, uma ampla discussão entre os idealizadores e defensores da “nova política” e os derrotados na luta interna, desenrolada desde 1956, se fez presente nas páginas dos *Novos Rumos* durante praticamente todo o período da campanha eleitoral.

Na resolução de setembro de 1959, assinada por Prestes, já se podia sentir os ventos dos novos rumos promovidos pela virada tática da “Declaração de Março”, que indicavam, por exemplo, maior valorização dos processos eleitorais.

[As] campanhas pela sucessão presidencial despertam para a vida política amplas camadas da população, aceleram o processo de seu esclarecimento e impulsionam o avanço do movimento nacionalista e do movimento operário e democrático. [Diante disso, os comunistas devem participar] ativamente, e desde já, da campanha eleitoral e intervir nos acontecimentos a fim de contribuir para assegurar a vitória das forças nacionalistas e democráticas (NOVOS RUMOS, nº 28: 3).

Em sua segunda mais relevante intervenção na discussão sobre a campanha presidencial de 1960, Prestes expressou suas queixas aos camaradas do partido que ainda vacilavam diante da orientação promovida por esta resolução. Segundo o líder comunista, “incompreensões de caráter político e ideológico” ainda reinantes impediam que as forças do partido se encontrassem “satisfatoriamente mobilizadas para o pleito sucessório”. Para o líder partidário identificado com

a nova linha política, não eram “poucos ainda os camaradas, inclusive altamente responsáveis, que [conservavam] uma opinião depreciativa a respeito da luta eleitoral”, em um estágio de miopia que ignorava as reais condições políticas do país, e significação do processo eleitoral, principalmente quando se tratava daquela que decidiria a substituição do presidente da República. A conservação deste equívoco promovia a atitude sectária “de certos camaradas diante da tarefa de construir a frente única nacionalista e democrática”. Militantes de importantes estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, além da capital federal, para Prestes, infelizmente se mantinham “indiferentes diante das possibilidades que a campanha eleitoral oferece para ação conjunta das forças interessadas na conquista de um curso de desenvolvimento independente e progressista para a nossa Pátria” (NOVOS RUMOS, nº 55b: 11-12).

Diante deste cenário, restava ao secretário-geral do partido queixar-se: “Ainda é muito insuficiente o nosso esforço para estudar e assimilar a [nova] linha política”, e advertir sobre o princípio do centralismo democrático, para mobilizar os seus camaradas a assumirem e concentrarem todos os esforços naquela que era a principal tarefa política do partido no ano: a campanha a sucessão presidencial (Idem).

Toda a nossa atividade deve ter em visto a necessidade de fortalecer a frente única nacionalista e democrática e tornar vitoriosa a sua causa na sucessão presidencial, a fim de que permaneça aberto o caminho para a constituição de um governo nacionalista e democrático (Idem).

Assim, Prestes salientava a importância para a aplicação, sem vacilações, da linha política determinada pela “Declaração de Março”, vinculando-a “sempre à atuação prática diária e combatendo as tendências de esquerda e de direita que [dificultavam] a orientação correta da luta pela emancipação nacional e pela democracia” (Idem).

Repercutindo as faíscas do embate promovido pelas teses apresentadas na discussão interna preparatória do V Congresso, Álvaro Motta Lima, em intervenção nos *Novos Rumos*, apresentou

um pouco do mal-estar daquela definição tática ainda a se ajustar. Apesar de defender a candidatura Lott, ponderava que o partido havia dado um “salto abrupto”, pulando de um polo para outro da prática comunista: do sectarismo e mandonismo do stalinismo mais cego até um colaboracionismo nacional-reformista (NOVOS RUMOS, nº 63: 6). “Antes adotávamos uma linha de intransigência com a burguesia, a pequena burguesia e outras camadas. Pregávamos a derrubada do governo, repelíamos qualquer aliança com quem quer que fosse”, mas após a devastação do XX Congresso do PCUS, a nova linha os havia aparentemente mobilizado para o outro extremo (Idem).

Sucedeu uma reviravolta completa. Nossa política, tal como acentuou o camarada Mauricio Grabois, conduziu-se ao campo direitista, com desvios prejudiciais à ideologia comunista. Adotávamos uma aliança com as classes eventualmente inimigas do imperialismo americano, mas esquecíamos a nossa posição como classe, deixando-nos liderar pela burguesia (NOVOS RUMOS, nº 63: 6).

Com esta importante ponderação, Lima concluía com a sugestiva lembrança de que: “Lott é o nosso candidato. Porém, se o apoiamos, não podemos esquecer que em torno da frente nacionalista, os comunistas devem guardar a sua posição de partido eminentemente da classe operária” (NOVOS RUMOS, nº 63: 6). A preocupação do militante de que o partido se perdesse em uma frente única nacionalista estava relacionada as linhas definidas pela nova política que orientava os comunistas a não condicionarem sua participação na frente “a uma prévia direção do movimento” (CARONE, 1982: 188). Ao abrir mão dessa condição, o partido parecia entregá-la a burguesia. Os riscos de uma tática reboquista já eram apontados pelos críticos no debate interno.

Apesar destas divergências, as bases partidárias se mantiveram fiéis na defesa do candidato pessedista, e seus militantes demonstraram considerável disposição na campanha. Lott, no entanto, foi uma escolha difícil de sustentar até mesmo perante os setores mais propícios ao proselitismo

político comunista. As memórias dos ex-militantes do PCB estão recheadas de episódios que denotam esta dificuldade.

Os comunistas se renderam à convicção de que não havia alternativa à candidatura de Lott. Entretanto, tentar canalizar apoio popular para ela foi um tormento de Sísifo. Recordo-me de um debate no auditório da Associação Brasileira de Imprensa, com o general Lott. Foi lamentável. Cada enunciado de suas opiniões representava um balde de água fria em nossas cabeças. Cada uma de suas declarações imediatamente repercutia na perda de dezenas de milhares de votos (COELHO, 2000: 203).

Marco Antônio Tavares Coelho, responsável pelas considerações acima, coordenava a Assessoria Técnica Parlamentar criada pelo PCB depois da eleição de 1958 – quando dois comunistas e vários deputados federais comprometidos com a Frente Parlamentar Nacionalista se elegeram – e devido a esta condição acompanhou ativamente a campanha do candidato nacionalista (Cf. COELHO, 2000). A historiografia tende a salientar a inabilidade política de Lott. Muitos registros memorialísticos citam episódios constrangedores promovidos pelo candidato que não possuía o “jogo de cintura” necessário para alguém que disputava um pleito eleitoral, ainda mais se comparado a capacidade política de seu principal adversário na corrida presidencial. A conduta de um militar rígido, imprudentemente sincero, que parecia não possuir “papas na língua” calcificou na memória nacional a imagem de um “candidato trapalhão” (CARLONI, 2010: 211). Ela, provavelmente corresponde à realidade. Contudo, os problemas provocados pelo marechal aos comunistas não podem ser reduzidos a simples incompetência política, elas foram mais profundas, e se relacionam a uma incontornável contradição entre o candidato ideal imaginado pelo partido e o real que restou a ele apoiar.

5. Problemas enfrentados pelos comunistas durante a campanha

Segundo a direção do PCB, o papel do partido era conservar, contra a vontade das cúpulas do PTB e PSD, o caráter nacional e democrático da candidatura Lott, e explicitá-la ao eleitorado.

Mas, além de manter animada sua própria militância, também teve que contornar a resistência anti-comunista de setores do movimento nacionalista dentro da frente única, inclusive do próprio Lott, que não os queriam como companheiros de viagem em sua campanha. Novamente as páginas do *Novos Rumos* serviram para que os pecebistas se defendessem das acusações formuladas pelos aliados.

Coube ao editor do jornal, Mário Alves – um dos quadros ascendentes, identificado com as mudanças táticas e diretivas do aparelho partidário –, responder aos “torpedos” críticos do coronel Nemo Canabarro Lucas, um militar nacionalista profundamente anticomunista, que tendo sido um dos líderes militares do movimento de 11 de novembro de 1955, fazia estardalhaço ao denunciar uma pretensa infiltração comunista nos comitês pró-Lott. Em resposta, o dirigente pecebista esclarecia que não se tratava de infiltração, já que os comunistas sustentavam abertamente a candidatura desde o início, tendo enfrentado e derrotado, junto com as outras forças nacionalistas, as manobras da cúpula do PSD que buscavam sabotar a candidatura do marechal, e trabalhavam em prol dela mesmo diante do vacilo de “alguns setores lottistas” que se entregavam ao pessimismo, considerando Jânio invencível. Assim sendo, a participação comunista na campanha era “franca e aberta”, nada tendo de “inconfessável”, como insinuava o coronel Nemo (NOVOS RUMOS, nº 49: 3).

Na verdade, para o dirigente pecebista, a atitude do coronel apenas deixava “claro seu intento de monopolizar a campanha do candidato nacionalista e dividir as forças populares que a [apoiavam]”. Entretanto, a candidatura Lott não era propriedade de nenhum grupo ou pretensão “caudilho”, mas do conjunto das forças “nacionalistas que [incluíam] patriotas de diferentes convicções ideológicas”. Como “a força dessa candidatura [residia] precisamente em sua natureza unitária, na possibilidade que tem de agrupar correntes nacionalistas e populares de diversas tendências”, o estabelecimento de “discriminações contra qualquer [uma] dessas correntes [era] o maior serviço que se [podia] prestar ao janismo”. Alertando para os riscos do sectarismo, Mário

Alves denunciava que com tal atitude, Nemo, na verdade, torpedeava a candidatura Lott como um todo, desagregando a união nacionalista montada entorno dela, fundamental para a sua viabilização eleitoral. Pois, só a união de forças nacionalistas tão distintas ideologicamente poderia “expressar realmente a unidade do povo em torno da candidatura nacionalista”. Sendo assim, concluía que “quem quer que pretenda imprimir um caráter exclusivista e sectário à campanha pró-Lott – e a advertência não vale apenas para o coronel Nemo – estará levando água ao moinho Jânio” (NOVOS RUMOS, n° 49: 3).

Essa última indicação de que a advertência sobre o sectarismo não se destinava exclusivamente ao posicionamento assumido pelo coronel e os setores nacionalistas anti-comunistas aponta para a presença de um incomodo que se manifestava em parte da própria militância pecebista, orientada a manter-se empenhada em uma campanha que os rejeitava. Não por acaso, o dirigente lembrava que cabia aos comunistas continuarem lutando “pela unidade das forças lottistas, pela unidade com todos, até mesmo com nacionalistas equivocados que porventura pensem como o coronel Nemo. Mas que venham para somar forças e não para dividi-las” (NOVOS RUMOS, n° 49: 3).

Buscando conservar o espaço do PCB na frente nacionalista que supostamente sustentava a campanha de Lott, Mário Alves não deixava de atacar o nacionalismo anticomunista dominante da época. No entanto, não foi apenas com figuras como Nemo Canabarro que o partido teve que lidar. O anticomunismo do próprio candidato à presidência grassava elegantemente por onde a caravana de sua campanha passava. Lott nunca aceitara o apoio do PCB, e não perdia a oportunidade de destilar o seu mais cintilante anticomunismo. Sempre interpretado como meros “preconceitos ideológicos” – além do mais, anacrônicos, pois destituídos de significados diante dos novos rumos tomados pela guerra fria naqueles anos –, para a direção do PCB, tais expressões públicas apenas contribuía para um sentimento belicoso que prejudicava a estratégia de “coexistência pacífica” já em andamento, e em nada cooperava para a importante unidade das

“forças patrióticas e populares” tão necessária à sua própria eleição, como havia sido para JK em 1955 (NOVOS RUMOS, nº 15: 3).

Estes “preconceitos ideológicos”, porém, atentavam contra princípios fundamentais da plataforma nacional-democrática que o PCB sustentava para a frente única, fragilizando assim, as bases da justificativa que o partido vinha usando desde a sua virada tática para apoiar a candidatura do marechal.

A “Declaração de Março” já expunha a plataforma da frente única e do governo nacionalista-democrático pelo qual os comunistas deveriam lutar. Seus pontos estabeleciam como prioridades: a “Política exterior independente e de paz”; o “Desenvolvimento independente e progressista da economia nacional”; “Medidas de reforma agrária”; “Elevação do nível de vida do povo” e a “Consolidação e ampliação da legalidade democrática” (CARONE, 1982: p.189-190).

Ao tratar da sucessão presidencial em setembro de 1959, Prestes já apontava para a perspectiva de uma futura administração Lott resultar nesta possibilidade governamental, o que significava que os “comunistas e outras forças populares não [deveriam ser] [...] indiferentes à necessidade de consolidação [de sua] candidatura” (NOVOS RUMOS, nº 28: 3). O militar, no entanto, não foi um candidato tão fácil para enquadrar na posição “nacional-democrático”.

Dos pontos listados acima, três mereceram especial destaque no engajamento do PCB: a ampliação da legalidade democrática; a ideia de um desenvolvimento econômico; e a política exterior independente. A avaliação sobre quais foram os reais compromissos da candidatura Lott a estas orientações apontam para os severos limites da nova linha política do PCB.

6. O Lott democrático

Para os comunistas, a consolidação e ampliação da legalidade democrática exigia algumas medidas essenciais. Desde a garantia do direito de greve dos trabalhadores e do voto dos

analfabetos até “a abolição completa das discriminações políticas e ideológicas”. Esta última possuía um significado especial ao partido, pois se referia diretamente a sua legalização.

Mesmo posto na ilegalidade após a cassação de seu registro em 1947, o PCB atuava livremente. O seu V Congresso foi realizado em um ambiente de “amplo [e livre] debate democrático interno”. Porém, a sua condição de ilegalidade impunha limites que o incomodava. O partido buscava, então, obter o registro eleitoral e a revogação do artigo 58 da lei que impedia as candidaturas comunistas nas eleições⁷.

Nestas condições, a participação do PCB na campanha eleitoral incomodou alguns jornais burgueses, como *O Globo*, que considerava uma “grande hipocrisia” a permissividade legal de que um partido sem reconhecimento jurídico atuasse livremente, influenciando os rumos políticos do país, não apenas devido a mobilização de seu apoio, mas na interferência da escolha dos candidatos e costura de alianças. Em contraposição ao jornal que questionava a “tolerância dos poderes públicos” e reivindicava a devida repressão policial contra as atividades comunistas, Mário Alves propunha uma alternativa para acabar com esta contradição: “Só há um caminho democrático para acabar com ‘a grande hipocrisia’ que é a legalidade jurídica e a legalidade de fato do Partido Comunista. [...] Acabemos com ‘a grande hipocrisia’, lutando pela legalidade do PCB” (NOVOS RUMOS, nº 76: I).

Apontada como uma importante tarefa pela sua nova linha política, a reconquista da legalidade do partido foi um tema muito presente nos novos rumos do PCB e apareceu constantemente na campanha eleitoral (NOVOS RUMOS, nº 77: I). Em busca dela, o partido chegou até a alterar seus estatutos. Buscando adequar-se juridicamente, no ano seguinte, mudou seu próprio nome. E assim, o Partido Comunista do Brasil tornou-se o Partido Comunista

⁷ Esse dispositivo, “preparado sob medida para impossibilitar a eleição de comunistas”, proibia o registro de candidaturas de pessoas que pertenciam a um partido cujo registro havia sido cassado pelo Superior Tribunal Eleitoral. Cf. COELHO, 2000, p. 209 e 227.

Brasileiro, abrindo as portas para a consolidação da cisão que, retornando o antigo nome sob outra sigla, fundou o PCdoB.

Engajados nesta campanha, os pecebistas lembravam que a cassação do registro partidário havia se efetivado em um momento de ofensiva reacionária determinada pelo momento inicial, e, portanto, ainda indefinido, da guerra fria. Passados alguns anos, porém, a situação internacional se encontrava substancialmente mudada, as implicações autoritárias começavam a debilitar-se, e as resoluções violentas para os inerentes conflitos ensejados pela bipolaridade mundial cediam espaço para o imperativo da coexistência pacífica. Neste novo cenário, os partidos comunistas já haviam conquistado “o direito à existência legal na grande maioria dos países da América Latina”. Isso lhes dava a certeza de que também o “Brasil não tardará em se incluir entre esses países”, pois tratar-se-ia “de um interesse não somente nosso, dos comunistas, mas de todos os verdadeiros democratas” (NOVOS RUMOS, nº 55b: 12).

O argumento do PCB era bastante claro: uma democracia moderna com vitalidade suficiente para enfrentar os novos desafios exigia o reconhecimento da representação partidária da classe operária, e sendo o partido comunista a principal dessas representações, tornava-se de interesse da democracia, de um modo geral, a restituição de sua plena vida legal. Dizia Prestes,

A situação em que se encontra o nosso Partido constitui anomalia da vida democrática brasileira, que precisa e pode ser sanada, no interesse geral de todos os democratas. Somos, incontestavelmente, uma das correntes principais entre os trabalhadores e representamos uma força importante no cenário político. Negar a esta força o direito de existência legal é mutilar gravemente o regime democrático (Idem).

Cobrando dos militantes a luta incessante pela legalidade do partido – uma “necessidade que se apresenta hoje mais amadurecida no quadro político geral do país” (Idem) – Prestes a qualificava como uma exigência fundamental de “toda a ação política das forças nacionalistas e democráticas”. Expandindo-se para além do interesse dos comunistas, a legalidade do PCB deveria interessar a “todos os patriotas, [...] todos os democratas, [e] todos os que se [interessavam] pelo

progresso social e cultural do país”, pois era “a luta pela ampliação e consolidação da democracia, que [exigia] a revogação de todas as discriminações injustas contra o proletariado e seu partido revolucionário” (NOVOS RUMOS, nº 55c: 3).

Nestas condições, as páginas do jornal *Novos Rumos* publicavam notícias variadas sobre o tema. Muitos partidos demonstravam apoio pela legalização (NOVOS RUMOS, nº 76: 1). O deputado udenista fluminense Carlos Quintella, havia apresentado, por exemplo, uma moção à mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Rio, com a assinatura de 31 dos 54 deputados, pedindo ao Presidente da República a providência para a legalização do PCB. Anti-comunista convicto, o deputado defendia a legalização do partido como uma “exigência democrática”, e uma estratégia para dar fim a condição de “imoralidade” de que mantido na ilegalidade, os votos comunistas continuassem a ser despejados em outras candidaturas “oportunistas”, que se aproveitavam eleitoralmente dessa situação (NOVOS RUMOS, nº 70: 4). Sendo assim, mesmo que o objetivo político fosse dividir as “esquerdas”, até aos grupos ou indivíduos conservadores deveria interessar a legalização do partido comunista. O próprio Jânio chegou a manifestar-se a favor. Obviamente, o PCB interpretava os gestos do ex-governador paulista como meras expressões demagógicas de quem, apoiado por Lacerda e os setores mais reacionários da sociedade brasileira, não poderia se comprometer honestamente com a ampliação da legalidade democrática. Mas, é quanto a Lott? Até que ponto se pode sustentar que o marechal se manteve comprometido com esta medida, tão cara ao entendimento que o PCB possuía sobre a realização da dimensão democrática da plataforma nacionalista que professava? Ironicamente, o candidato pessedista se recusou, durante toda a campanha, a defender a legalização do Partido Comunista.

Relegados ao constrangimento de manter o apoio a um candidato que os repelia publicamente, os pecebistas insistiram na busca de um diálogo saudável. Sem querer fazer o “jogo do janismo, que [pretendia] explorar as discrepâncias no campo nacionalista”, Mário Alves, reafirmando assim o compromisso do PCB de manter “a união das correntes antiimperialistas em

face do inimigo comum”, se via obrigado, entretanto, a criticar comentários de Lott, que em atividade de campanha no Recife havia novamente se recusado a conceder a legalidade ao Partido Comunista enquanto este fosse “orientado por uma potência estrangeira” (NOVOS RUMOS, nº 62: 1). Argumentando que a legalidade do PCB não era uma exigência exclusiva dos comunistas, mas de todos democratas comprometidos com o aperfeiçoamento e consolidação da institucionalidade burguesa – pois todas as democracias maduras já conviviam com a legalidade dos PCs de seus respectivos países –, Mário Alves defendia o caráter nacionalista e patriótico do partido

Não há partido mais nacional do que o Partido Comunista, porque nenhum é mais popular [...]. Um partido que merece a confiança dos trabalhadores, porque luta por suas aspirações, não pode ser acusado de se guiar por interesses que não se identifiquem aos do povo brasileiro [...]. [Sendo que o] candidato nacionalista confunde a solidariedade internacional da classe operária com uma suposta subordinação à União Soviética. [Residindo no apoio a sua candidatura a prova do patriotismo dos comunistas]. (NOVOS RUMOS, nº 62: 1).

Como Lott se manteve repelindo o apoio comunista, esse embaraço continuou tendo que receber respostas do PCB. Mário Alves lembrava que os comunistas não possuíam “objetivos exclusivistas na campanha presidencial. Nada pediram, nem pedem ao candidato Lott. Exigem apenas que ele se mantenha fiel à causa nacionalista e democrática”. Suas queixas, por fim, apelavam até as convicções mais conservadoras do ministro. Pois suas tentativas correntes de repelir os comunistas demonstravam não só inaptidão política, como representavam “um gesto odioso impróprio de um católico” (NOVOS RUMOS, nº 62: 3). Eis as condições que nos permitem compreender a contradição do apoio comunista ao marechal. Ao sustentar que não concederia a legalidade ao Partido Comunista enquanto este fosse “orientado por uma potência estrangeira”, Lott mantinha-se fiel ao argumento legal utilizado para a cassação em 1947 e manutenção de sua ilegalidade. Essa postura, no entanto, harmonizava perfeitamente com a sua perspectiva democrática conservadora.

Lott era um democrata que não demonstrava grandes intenções em expandir a estrutura política e o arco legal existente, mas, apenas conservá-la. Seu respeito a carta constitucional de 1946, demonstrada em sua liderança do movimento de 11 novembro, e suas ações no ministério da Guerra, significavam respeito também aos seus limites. Legalista, Lott era um defensor da conservação da democracia tal como ela era, e não da sua ampliação. Por isso os incessantes apelos do PCB encontraram ouvidos mucos no militar.

7. O Lott nacionalista

Seu posicionamento conservador alargava-se a outras searas. Sem defender a legalização do partido comunista, o candidato também mantinha resistência as propostas de mudança na orientação da política externa brasileira que levasse a retomada da diplomacia com os países socialistas, fragilizando um dos principais pontos que justificavam o apoio comunista a sua candidatura.

Segundo a plataforma nacional-democrática apresentada, a política externa deveria ser pautada sob a defesa da coexistência pacífica. Assumindo uma posição de independência frente a qualquer um dos blocos militares da guerra fria, a nova orientação deveria desvincular o Brasil dos compromissos belicistas assumidos até então com os Estados Unidos e restabelecer “relações amistosas com todos os países, acima de diferenças de regime social, na base do respeito mútuo da integridade territorial e da soberania, de não agressão, da não intervenção nos assuntos internos e da igualdade de direitos e vantagens recíprocas” (CARONE, 1982: 189). Sobre esse último princípio repousava uma medida essencial ao PCB, a saber, o restabelecimento das relações diplomática com a URSS e os outros países comunistas. Algo com que Lott nunca se comprometeu. Como lembrava os comunistas, sua posição pessoal entrava em flagrante contradição com as “Diretrizes e bases doutrinárias” aprovadas pelo PTB em sua última

convenção, e o programa mínimo aprovado pelo PSB para lhe conceder apoio, além do projeto da própria Frente Parlamentar Nacionalista que servia de base para sua candidatura (NOVOS RUMOS, nº 22: 3). Buscando demover o marechal dessa incômoda posição, Mário Alves continuou tentando construir pontes de comunicação.

Ao confrontar as infelizes declarações anticomunistas de Lott, o dirigente pecebista alertou para o risco de que os preconceitos pessoais do candidato não se sobrepujassem aos interesses nacionais, e que o seu primarismo anticomunista não prejudicasse um dos objetivos de um governo verdadeiramente nacionalista e democrático, a saber, o de estabelecer uma política externa independente que permitisse restabelecer relações diplomáticas com todos países, inclusive aqueles que possuíam regimes políticos que o desagradavam, como era o caso da URSS e o mundo comunista (NOVOS RUMOS, nº 58: 3). Relembrando que a retomada das relações diplomáticas com estes países não significava uma adesão ao comunismo, mas um movimento estratégico importante que servia tanto para a afirmação da soberania nacional, quanto para o incremento de novas possibilidades comerciais abertas com um campo produtivo importante do globo terrestre (NOVOS RUMOS, nº 21: 3), Alves ponderava:

O marechal Lott acha que, por ser democrata e católico, não deve admitir relações diplomáticas entre o governo brasileiro e o soviético. Entretanto, o presidente Gronchi, chefe do governo democrata-cristão da Itália, não só é partidário das relações com a URSS como vai a Moscou em visita cordial aos dirigentes comunistas. O general católico De Gaulle recebe Kruschiov amistosamente em Paris. E nem a Itália e a França deixaram de ser países católicos e capitalistas, nem a URSS deixou de ser um país socialista (NOVOS RUMOS, nº 58: 3).

Além de não se aperceber dessas questões estratégicas, segundo o articulista, o candidato desprezava suas chances de vitória ao apostar no anticomunismo, que não seria aceito pela população brasileira, evidência já identificada pelo seu adversário que, apesar de conservador, sagaz politicamente, não deixava de acenar com simpatia “demagógica” para com as pautas populares, em busca de inserção em um “eleitorado de esquerda”. Por isso, a necessidade de tal avaliação

crítica sob o posicionamento do militar: “Não podemos permitir, sem o nosso protesto, que o marechal Lott ponha lenha na fogueira do janismo, movido simplesmente por preconceitos retrógrados” (Idem).

O reatamento das relações comerciais com a URSS já havia sido ponto de discórdia entre Lott e o ministro da Fazenda do governo Kubitschek, José Maria Alkmin (Cf. BENEVIDES, 1976: 182-183). Ironicamente, enquanto o candidato apoiado pelos pecebistas não dava sinais de comprometimento com mais um objetivo fundamental da plataforma nacional-democrática defendida pelo próprio partido, o seu principal adversário apresentava constantes gestos de aceitação de alguns dos mais importantes pontos da plataforma. Assim, apesar da clareza dos compromissos econômicos assumido pela candidatura Jânio, ao transcorrer da campanha, a sua caracterização de “entreguista” teve que ser constantemente sustentada pelos comunistas e seus aliados. Diferente de Lott, que recusou visitar Cuba, recém revolucionada, e a se comprometer com uma política externa independente o suficiente para retomar as relações diplomáticas com países comunistas, Jânio visitou a ilha durante a campanha e acenou para a China e a União Soviética.

Os pecebistas, no entanto, tinham uma carta sempre à mão para explicar as movimentações eleitorais do adversário. Assim, se prontificaram a esclarecer aos eleitores que tal atitude se tratava apenas da já conhecida prática demagógica janista, fruto do jogo eleitoral, pois, mesmo se honesta fossem suas intenções, ainda assim, a política externa de seu governo nunca seria independente, devido seus compromissos programáticos e os sistemas de forças que o apoiavam (NOVOS RUMOS, nº 57: 3). O tempo demonstrou, contudo, que a posição que Jânio apresentou em favor de uma Política Externa Independente não foi mera demagogia. Presidente eleito, inaugurou o que seria uma nova fase da política exterior brasileira.

Tendo que lidar com a queda constante dos preços de seus produtos de exportação e as limitações que encontrava para colocá-los nos mercados internacionais, a condição de dependência

da economia brasileira apresentava graves problemas ao projeto desenvolvimentista da “burguesia nacional”. Uma das formas para contornar tais dificuldades significava ampliar as suas possibilidades de trocas comerciais. Desta forma, buscando novos mercados, a burguesia brasileira manifestava real interesse em restabelecer relações comerciais com o mundo comunista, e países africanos que, em processo de franca descolonização, começaram a se livrarem das barreiras protecionistas coloniais.

Uma política comercial agressiva representava, então, mudanças na inserção internacional. Assim sendo, a diplomacia, convertida em instrumento eficaz da política comercial, assumiu a necessidade de retomar e aprofundar um pouco da orientação de barganha nacionalista inaugurada por Vargas. Pois, além das necessidades comerciais mais imediatas, evidenciava-se exigências político estratégicas, de requisitar dos Estados Unidos e parceiros históricos, por meio de um jogo de pressões e concessões, o atendimento de reivindicações financeiras e a ampliação do auxílio econômico. Algo que já vinha sendo ensaiado no governo JK com o desencadeamento da Operação Pan-Americana, quando o presidente brasileiro, valendo-se da revolução cubana e das manifestações contrárias a visita do vice-presidente estadunidense, Richard Nixon, a América do Sul, buscou convencer os EUA de uma nova política de assistência aos países latino-americanos como estratégia para amenizar as condições sociais que ameaçavam o continente com revoluções comunistas.

Buscando negociar com os EUA numa posição que não fosse de total subserviência, a Política Externa Independente, inaugurada na gestão Jânio Quadros sob condução do chanceler udenista Afonso Arinos, demonstrava que o estágio de desenvolvimento brasileiro já não podia mais se contentar apenas com as migalhas. As condições para uma política exterior independente estavam dadas, e ela interessava a burguesia brasileira, “sócia-minoritária” do imperialismo no processo de desenvolvimento capitalista nacional.

Diante disso, a contradição, que os comunistas buscavam denunciar, entre a política externa e a interna desenvolvida pelo novo governo, não existia, a não ser na ótica deformada do PCB e alguns setores oposicionistas. Ilusória, visto que toda a atuação do governo tendia, em uma singela coerência, a consolidar e expandir o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, essa compreensão evidenciava os limites da leitura feita pelo PCB sobre a realidade brasileira à época.

Buscando convencer seu candidato, os pecebistas defendiam que a retomada de relações diplomáticas com todos os povos era uma exigência econômica para o “desenvolvimento independente” do país e não uma tomada de posição em favor do lado comunista na guerra fria. Aqui residia o terceiro ponto fundamental da plataforma nacional-democrática, e sua análise destrincha a equivocada compreensão da realidade brasileira por trás da nova linha política do partido.

Para o PCB, o intercâmbio comercial com todos os países, inclusive os comunistas, era parte do objetivo em viabilizar um “desenvolvimento independente e progressista da economia nacional”. Isto pressupunha a possibilidade histórica de existência de dois projetos de desenvolvimento capitalista para o Brasil. Um desenvolvimento nacional autônomo, que por meio de mudanças nas estruturas política, econômica e social atrasadas do país, garantissem a independência frente ao predomínio das grandes potências estrangeiras; e um outro dependente e subordinado ao imperialismo, que pretendia uma abertura ainda maior da economia nacional às empresas estrangeiras sem alterações substanciais da estrutura política e social existente. Ambos se materializavam na campanha eleitoral de 1960 por meio de suas principais candidaturas. Como já foi visto, nesta perspectiva dual, Jânio Quadros era interpretado como “partidário de um desenvolvimento que só [assegurava] vantagens aos trustes, prejudicando os interesses nacionais e piorando as condições de vida do povo”. Enquanto, “Lott, ao contrário, [tinha] sustentado insistentemente a tese de que o desenvolvimento econômico deve conduzir a completa emancipação nacional” (NOVOS RUMOS, nº 54: 3). No entanto, os compromissos

programáticos dos candidatos novamente não confirmavam esta caracterização, e Lott continuou sendo um candidato difícil de ser enquadrado numa posição nacionalista de sentido anti-imperialista.

Uma política econômica e financeira reformista que favorecesse o desenvolvimento independente do país significava, para o PCB, a execução de medidas claras, como: o repúdio às imposições do FMI; uma maior rigidez na limitação das remessas do capital estrangeiro; a ampliação da iniciativa estatal em setores estratégicos para o desenvolvimento e a aprovação de uma reforma agrária que, entre outras coisas, viabilizasse o aumento da produção agropecuária.

Apesar da reprodução de entrevistas de Lott na grande imprensa colocando-se em defesa da limitação da remessa de lucros pelas empresas estrangeiras e do monopólio estatal do petróleo pela Petrobrás, o marechal nunca questionou as bases imperialistas em que estavam solidificadas a relação Brasil-Estados Unidos. Em viagem ao grande parceiro do Norte, chegou a afirmar que o Brasil não só dependia dos dólares, como das armas ianques, para enfrentarem o avanço comunista na América Latina (NOVOS RUMOS, nº 10: 3).

Apesar de seu manifesto compromisso com certos ajustes econômicos específicos – como acenos em defesa de uma lei que limitasse a remessa de lucros ao exterior – em sua trajetória política não faltaram pronunciamentos em defesa do capital estrangeiro. Segundo Benevides, citando entrevista a *O Cruzeiro* realizada em fins de 1956, o ministro da Guerra demonstrava profunda sintonia com a política econômica do presidente JK. Política está, à época, questionada pelo PCB.

Lott permaneceu na mesma linha do “discurso ideológico” do desenvolvimentismo juscelinista ao declarar que “na prática e a rigor não há capital estrangeiro e capital nacional. Há simplesmente o capital, que, ao lado do trabalho, é uma mola do progresso. O dinheiro que vier de fora, com o objetivo real de incrementar nosso desenvolvimento, só pode ser bem recebido. O que se faz mister é que a maior parte dos lucros obtidos seja aplicada na expansão e aprimoramento do investimento” (BENEVIDES, 1976: 183).

Nem mesmo a defesa de uma reforma agrária representava exatamente, naquela conjuntura, adesão a alguma proposta anti-latifundiária. O próprio Jânio Quadros também defendeu, em mais de uma oportunidade, a necessidade de uma reforma agrária. Projetos que a viabilizassem já tramitavam aos montes no Congresso. Com conteúdo distintos, cada qual assumiu compromissos com os mais variados interesses difusos na sociedade brasileira da época. A posição do marechal neste ponto era, também, bastante reticente, e limitado. Como ministro, manifestou publicamente inúmeras vezes sobre o tema. Geralmente recomendando o máximo de prudência ao Congresso, defendia a necessidade de “um estudo acurado [...] para evitar que uma lei precipitada [resultasse] no caos social, indo ao encontro da mesma política de “adiamento estratégico” sustentada pelo presidente Kubitschek em relação aos problemas rurais (Cf. BENEVIDES, 1976: 183). Apesar de ter manifestado integral apoio ao programa reformista do PTB, Lott, sem se comprometer com profundas reformas de base, durante a campanha presidencial – segundo o próprio PCB – preferiu evitar a “referir-se à expressão reforma agrária”, pronunciando-se a favor da “posse da terra pelo trabalhador rural”, condenando o “latifúndio improdutivo e o minifúndio antieconômico” (NOVOS RUMOS, nº 25: 3).

No entanto, independentemente da posição do candidato “nacionalista”, até que ponto a ideia de um desenvolvimento econômico autônomo era possível naquele momento histórico?

Vimos que, nascida durante a aceleração vertiginosa da acumulação capitalista embalada pelo programa industrializante do governo Kubitschek, a nova linha política expressa pela “Declaração de Março” finalmente reconhecia o evidente desenvolvimento do capitalismo no Brasil: “É uma realidade palpável o avanço que a nação vem experimentando, refletido numa série de empreendimentos materiais de considerável envergadura” (NOVOS RUMOS, nº 51: 1). No entanto, segundo o PCB, para evitar que esse desenvolvimento continuasse a ocorrer mediante “o prejuízo dos verdadeiros interesses nacionais e até da independência de nosso país”, tornava-se necessário o estabelecimento de um governo que levasse “à prática uma firme política nacionalista

e democrática”. Era o comprometimento com esta possibilidade histórica de um desenvolvimento independente que o povo exigia “do sr. Juscelino Kubitschek”, e esperava “do marechal Henrique Lott, após a sua vitória no pleito de 3 de outubro” (Idem). O jornal *Novos Rumos* explicava aos curiosos o que significava exatamente esta alternativa burguesa.

Desenvolvimento independente é aquele que leva ao progresso material do país sem que se acentue a sua subordinação em relação aos monopólios estrangeiros, mas, ao contrário, leve à nossa emancipação econômica e política em face do imperialismo e, como decorrência disto, à ascensão [sic] do nível de vida do povo brasileiro. O desenvolvimento econômico independente é o defendido pelas forças nacionalistas e por todos os patriotas, contra o desenvolvimento *dependente*, defendido pelos entreguistas e levado à prática, em grande medida, pelo atual Governo. [Por isso], Os comunistas e todos os nacionalistas consequentes são partidários do desenvolvimento independente de nossa economia. E por isto lutam pela vitória de um governo nacionalista e democrático. (NOVOS RUMOS, nº 53: 9).

Aqui evidencia-se a maior das limitações da nova linha política do PCB. Ainda fiel a uma visão evolucionária das relações produtivas mundiais – operação comum às análises pecebistas –, o partido comunista permanecia cego a realidade de que a chamada “burguesia nacional” – suposta aliada em uma revolução democrático-burguesa – mantinha uma oposição sistêmica ao imperialismo, devido a responsabilidade deste para com os entraves ao desenvolvimento nacional. Entretanto, associado – em uma relação de dependência – e não inimigo, do imperialismo, a burguesia conduzia o processo de desenvolvimento capitalista nacional em aliança com este. Os conflitos existentes entre setores nacionais e estrangeiros significavam os atritos comuns da luta por mercado e não uma oposição estrutural. Atrasados em relação à corrida industrializada desencadeada pelo centro capitalista europeu e estadunidense ainda no século XIX, o desenvolvimento econômico de países como o Brasil havia ocorrido no momento em que a economia capitalista internacional já se encontrava em sua fase monopolista, fazendo com que as formas de dominação do capital estrangeiro constituíssem a essência do próprio desenvolvimento nacional. Independência a esta estrutura produtiva, ainda dentro dos limites impostos pela sociabilidade do capital, sempre esteve fora de cogitação. A crença de que isto fosse possível levou o PCB a assumir uma nova tática política reformista. Seu primeiro teste foi falho e poderia ter explicitado seus limites diante de uma autocrítica consistente. Pelo contrário, o partido manteve seu apoio à candidatura Lott até o fim. E não reveria sua posição nem mesmo diante da derrota.

8. Sem um candidato dos sonhos

Enfrentando os problemas ocasionados pelo anticomunismo de Lott em alguns editoriais e artigos publicados pelos *Novos Rumos*, Mário Alves exercia duas funções distintas e complementares. Esclarecia aos nacionalistas anticomunistas, incluindo o próprio Lott, a importância do apoio comunista, ao mesmo tempo em que defendia, frente a suas bases partidárias, a posição assumida pela direção em favor do engajamento do partido na campanha.

Principal articulista responsável por continuar a defender na imprensa partidária o caráter nacional-democrática da campanha Lott, mesmo diante do anticomunismo declarado do candidato, Mário Alves defendia que a posição política pessoal do candidato não indicava riscos a postura de seu futuro governo, pois apesar de seu anticomunismo, Lott não possuía ligações com grupos econômicos internacionais, demonstrava coerência na defesa da legalidade democrática, manifestava-se em favor dos direitos elementares dos trabalhadores e de uma abrangente pauta nacionalista que envolvia desde a defesa do monopólio estatal do petróleo quanto limitações a remessa de lucros das empresas estrangeiras. Desta forma, a posição anticomunista, amplamente conhecida de Lott, era reduzida a meros preconceitos ideológicos retrógrados e uma visão primária sobre política internacional, que em nada alterava o conteúdo nacional-democrático de sua candidatura – pois este encontrava-se assegurado pelas forças sociais que a determinavam e a conduziram a vitória, independentemente da posição pessoal do marechal e dos setores reacionários que o rodeavam (NOVOS RUMOS, nº 59: 1).

Aliás, como já foi visto, este foi o ponto fundamental para a justificação da posição assumida pelo partido durante esta campanha eleitoral. Mário Alves lembrava a compreensão do partido de que em “torno de Lott existem ao lado de setores nacionalistas radicais e forças de esquerda, grupos reacionários que tentam assumir o patrocínio de sua candidatura e dar-lhe um cunho conservador”. Tornando o apoio dos comunistas e nacionalistas de esquerda fundamentais

para manter a essência nacional-popular da sua candidatura, responsável pela viabilização da única alternativa eleitoral ao entreguismo janista-udenista (Idem).

Neste sentido, restava aos comunistas o engajamento na campanha para conservação de seu caráter nacionalista-democrático, buscando direcioná-la até a mais progressista e antimperialista de sua versão historicamente possível, em um processo que os obrigaria a divergir e apresentar a crítica aos outros setores lottistas reacionários da campanha, e às vezes ao próprio candidato, “quando suas posições se chocarem com os sentimentos das massas” (leia-se os sentimentos nacional-democráticos anti-imperialistas que o PCB acreditava serem os fundamentos da candidatura desde a sua concepção em 1959), mas nunca a rejeição sectária a sua candidatura e a isenção irresponsável diante do pleito eleitoral.

Defendendo a campanha pelo voto em branco como denuncia aos limites burgueses de todas as candidaturas apresentadas ao pleito, as outras organizações comunistas da época condenaram o apoio do PCB ao marechal Lott. O partido não deixou de responder as críticas. Como havia apenas uma única alternativa eleitoral viável a candidatura de Jânio Quadros, para o PCB, manter-se em oposição a ela, optando pelo voto em branco, seria desastroso: “votar branco, num conflito agudo como o atual, é votar pelo imperialismo”. Tal dramaticidade fazia Mário Alves admitir que “o marechal Lott não é o candidato dos nossos sonhos. Mas é o candidato que a realidade nos indica” (NOVOS RUMOS, nº 59: 1).

Uma realidade política nacional que para os formuladores da nova linha política dominante dentro do partido havia sido represada pelos comunistas durante a década de 1950, mas que continuava a imprimir as suas exigências. Nestes termos, as limitações da candidatura que era imposta pela realidade aos comunistas apenas serviam para demonstrar os limites impostos pela realidade concreta brasileira à ação revolucionária dentro da frente única formada por forças nacionalistas ainda vacilantes perante o enfrentamento ao imperialismo.

Discordamos da posição do marechal em face da União Soviética, do comunismo e da revolução cubana, mas essa discordância não deve levar-nos a negar apoio ao candidato nacionalista. Consideramos que a questão decisiva, no momento atual, é o conflito entre o nacionalismo brasileiro e a situação de dependência ao imperialismo dos Estados Unidos. A candidatura Lott expressa esse conflito de forma mais ou menos clara, embora não encarne ainda, como seria desejável, certas aspirações populares (Idem).

9. O resultado final e o prenuncio de uma derrota ainda maior

Com muitas notícias entusiásticas sobre as passagens de Lott pelo Brasil, *Novos Rumos* dedicou uma seção para tratar dos supostos percalços da campanha do seu principal adversário. Intitulada “O circo janista”, no transcorrer do processo eleitoral, o jornal insistiu em notícias sobre um incessante esvaziamento da campanha Jânio, exagerando sobre seus dissensos internos (NOVOS RUMOS, nº 51: 3). A nau que parecia ser abandonada, no entanto, era outra. A campanha do marechal Lott encontrou várias dificuldades para deslanchar. Sem empolgar a cúpula de seu próprio partido e aliados, o esvaziamento de alguns comitês eleitorais eram sinais mais do que evidentes do seu desgaste. Para evitar seguir o provável naufrágio de seu companheiro de chapa, Jango, e parte da liderança petebista, empolgou-se com o espontâneo movimento “Jan-Jan”, que ao descolá-lo de Lott aumentava suas chances de êxito eleitoral.

O PCB manteve-se engajado na campanha, alimentando, até o fim, sinceras ilusões sobre a vitória (NOVOS RUMOS, nº 77: 3). Era complicado, no entanto, mobilizar a militância partidária que não se sentia ainda totalmente confortável com a nova linha política advinda do recente processo de renovação, e mantinha-se insegura com o engajamento na campanha de um anticomunista declarado que indicava sérias contradições com a própria plataforma nacional-democrática assumida pelo partido em sua tentativa de alinhamento com o crescente movimento nacionalista brasileiro.

Apesar de sua maior relevância, o processo eleitoral de 1960 não envolveu apenas a sucessão presidencial, junto a ela transcorreu-se eleições em alguns estados da federação. Minas

Gerais e o recém-fundado estado da Guanabara⁸ foram os que mereceram a atenção dos comunistas. Na primeira disputa, o PCB apoiou a candidatura de Tancredo Neves (PSD), e para segunda engajou-se na campanha de Sérgio Magalhães (PTB). Se até as vésperas do pleito, o partido via o deputado petebista como “favorito para o palácio Guanabara” (NOVOS RUMOS, nº 82: 4), e em Minas, as probabilidades em favor do “candidato nacionalista ao governo” pareciam ainda maiores “do que no início da campanha eleitoral, quando sua eleição em 3 de outubro já era tida como certa”, a abertura das urnas não confirmaria tais projeções.

O fim da contagem dos votos proclamou não apenas a contundente derrota do marechal Lott, como a de todos os outros candidatos do projeto “nacional-democrático”. Desmanchando todas as ilusões, os udenistas Carlos Lacerda e Magalhães Pinto suplantaram seus adversários no estado da Guanabara e Minas Gerais. Explicar a difícil derrota para as forças mais reacionárias do país não foi fácil. Identificando na vitória de Jânio – “obtida por uma maioria extraordinariamente elevada, que [revelava] ter ele conquistado o apoio de grandes massas do nosso povo” – o sucesso da sua política demagógica, em seu primeiro balanço, o PCB responsabilizou a falta de empenho de alguns setores na campanha, a carestia de vida provocada pelos rumos da política econômica do governo Kubistchek e o divisionismo promovido pela candidatura Adhemar de Barros. Sem uma autocrítica, o partido reafirmou, assim, a justeza de sua posição em defesa das candidaturas Lott-Jango, Magalhães e Tancredo. Apesar do revés eleitoral, o processo havia apresentado um saldo positivo, a saber, a construção de uma unidade entre as forças nacionalistas e democráticas: “Pela primeira vez, os socialistas, os trabalhistas, os comunistas, os setores nacionalistas das Forças Armadas, o grosso dos sindicatos operários e as forças mais representativas do movimento camponês trabalharam juntos, lado a lado, numa campanha eleitoral” (NOVOS RUMOS, nº 85: 3). No entanto, 1964 estava logo ali, e a

⁸ Após a transferência da capital federal para Brasília, inaugurada em abril de 1960, a cidade do Rio de Janeiro tornou-se o estado da Guanabara. Esta condição perdurou até 1975, quando a cidade se reintegrou ao estado do Rio de Janeiro, voltando a ser a sua capital.

manutenção dessa tática política, mesmo diante dessa derrota eleitoral, contribuiria para desarmar o principal partido comunista do país naquela que haveria de ser a maior das suas derrotas.

Referências Bibliográficas

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CARLONI, Karla Guilherme. *Marechal Henrique Teixeira Lott: a opção das esquerdas*. Tese de Doutorado em história, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2010.

COELHO, Marco Antônio Tavares. *Herança de um sonho: as memórias de um comunista*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000, p.213.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* Curitiba: A Página, 2010.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

FALCÃO, Frederico. *Os homens do passo certo: O PCB e a esquerda revolucionária no Brasil (1942-1961)*. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

PRESTES, Anita. Duas táticas e uma mesma estratégia <https://lavrapalavra.com/2017/07/03/duas-taticas-e-uma-mesma-estrategia-do-manifesto-de-agosto-de-1950-a-declaracao-de-marco-de-1958/>. Acessado em 22 de fevereiro de 2022.

SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e Revolução: vicissitudes políticas do PCB 1954-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995

Documentos

Comitê Central do PCB “Declaração sobre a política do PCB” (Voz operária, Rio de Janeiro, 22-03-1958) in: CARONE, Edgard. *O PCB – 1943-1964*. Vol. 2. São Paulo: Difel, 1982.

PRESTES, Luiz Carlos. Os comunistas e a sucessão presidencial. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano I, nº 28, de 04 a 10 de setembro de 1959.

PRESTES, Luiz Carlos. Pela vitória da causa nacionalista e democrática nas eleições presidenciais. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, nº 55b, de 18 a 24 de março de 1960.

PRESTES, Luiz Carlos. Legalidade para o P.C.B. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, nº 55c, de 18 a 24 de março de 1960.

ALVES, Mário. Os torpedos do coronel Nemo. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, nº 49, de 29 de janeiro a 4 de fevereiro de 1960.

ALVES, Mário. Acabemos com “a Grande Hipocrisia”. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, nº 76, de 12 a 18 de agosto de 1960.

ALVES, Mário. Lott e a legalidade do PCB. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, nº 62, de 06 a 12 de maio de 1960.

ALVES, Mário. Lott põe lenha na fogueira de Jânio. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, nº 58, de 08 a 14 de abril de 1960.

ALVES, Mário. O Marechal Lott, Os Comunistas e o Reatamento. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano I, nº 21, de 17 a 23 de julho de 1959.

MATOS, Almir. Vai, volta e não muda. Panorama. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, nº 57, de 01 a 07 de abril de 1960.

LIMA, Álvaro Motta. As teses e as candidaturas de Lott e Jânio. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, nº 63, de 13 a 19 de maio de 1960.

Novos Rumos, Rio de Janeiro, Ano I, nº 42, de 11 a 17 de dezembro de 1959,.

Quadro da sucessão presidencial. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano I, nº 1, de 28 de fevereiro a 06 de março de 1959.

Fala Prestes sobre a sucessão presidencial. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano I, nº 2, de 07 a 13 de março de 1959.

PROJETA-SE LOTT como candidato das forças nacionalistas. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano I, nº 13, de 22 a 28 de maio de 1959.

Lott: candidato se não houver outra solução. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano I, n° 11, de 8 a 14 de maio de 1959.

Amaral sabota Lott. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano I, n° 17, de 19 à 25 de junho de 1959.

Candidatura Lott e a “União Nacional”. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano I, n° 35, de 23 à 29 de outubro de 1959.

Lott e Jânio. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano I, n° 36, de 30 de outubro à 05 de novembro de 1959.

Homologação De Lott Vitória Popular. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano I, n° 43, de 18 a 24 de dezembro de 1959.

Agora, Mudar a Política. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano I, n° 42, de 11 a 17 de dezembro de 1959.

Lott nas ruas. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, n° 52, de 19 à 25 de fevereiro de 1960.

Novos Rumos, Rio de Janeiro, Ano 2, n° 55^a, de 18 à 24 de março de 1960.

LOTT – Candidatura nacionalista. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano I, n° 43, de 18 a 24 de dezembro de 1959.

Falcão e Amaral procuram afastar Lott do povo. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, n° 47, de 15 a 21 de janeiro de 1960.

Advertência à Nação: sabotadores de Lott tramam golpe continuísta. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, n° 69, de 24 a 30 de junho de 1960.

Falcão é o articulador da manobra continuísta. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, n° 62, de 06 a 12 de maio de 1960.

A entrevista de Lott: posições nacionalistas ao lado de velhos preconceitos. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano I, n° 15, de 5 à 11 de junho de 1959.

Críticas a Lott: Reatamento é medida nacionalista. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano I, n° 22, de 24 a 30 de julho de 1959.

Lott, Jânio Quadros e o Desenvolvimento. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, de 11 à 17 de março de 1960, n° 54

Comunistas do Brasil reuniram-se para lutar pela legalidade do PCB. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, de 19 a 25 de agosto de 1960, n. 77.

PSD, PTB, PSB e PST pedem a legalidade do Partido Comunista. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, de 12 a 18 de agosto de 1960, n. 76, p.1.

Deputado Carlos Quintella a NR: Legalidade para o PCB é exigência democrática. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, de 1 a 7 de julho de 1960, n° 70, p.4.

Candidatura Lott: temperatura em declínio. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 1, de 1 a 7 de maio de 1959, n° 10.

Lott: apoio ao programa de reformas do P.T.B. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 1, de 14 à 20 de agosto de 1959, n° 25.

Desenvolvimento. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, de 12 à 18 de fevereiro de 1960, n° 51.

Desenvolvimento independente. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, de 26 de fevereiro à 03 de março de 1960, n° 53.

ALVES, Mário. Lott e os comunistas. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, de 15 a 21 de abril de 1960, n° 59.

Cf. Fracasso de Jânio desarvora a UDN. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, de 12 à 18 de fevereiro de 1960, n° 51.

Apesar da sabotagem e da omissão das cúpulas: trabalhadores asseguram em todo o país a vitória de Lott e Jango. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, de 19 a 25 de agosto de 1960, n. 77.

Sérgio: favorito para o palácio Guanabara. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, de 23 a 29 de setembro de 1960, n° 82.

Com apoio no povo Tancredo promoverá o progresso de Minas. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, de 23 a 29 de setembro de 1960, n° 82.

Primeiro balanço das eleições; o futuro depende da ação das massas. *Novos Rumos*, Rio de Janeiro, Ano 2, 14 a 20 de outubro de 1960, n° 85.

*PARALELISMO ENTRE O PARTIDO
COMUNISTA BRASILEIRO E O
PARTIDO COMUNISTA FRANCÊS*

Parallélisme entre le Parti Communiste Brésilien et le Parti
Communiste Français

Marcelo Mattos

Tradução: Vitor Hugo Abranche de Oliveira